

Requerimento nº , de 2013.
(Do Sr. Eduardo da Fonte e do Sr. Antonio Imbassahy)

Requeremos que o Ministério Público Federal realize investigação nos processos e contratos de implantação dos parques de energia eólica localizados na Bahia, no Rio Grande do Norte e no Ceará.

Senhor Presidente,

REQUEREMOS a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada investigação pelo Ministério Público Federal dos processos e contratos de implantação dos parques de energia eólica localizados na Bahia, no Rio Grande do Norte e no Ceará.

JUSTIFICATIVA

Os investimentos em fontes de energia limpas ou renováveis são fundamentais para a garantia do desenvolvimento sustentável do nosso planeta. Dentre essas matrizes de energia limpa, destaca-se a energia eólica produzida a partir do “*processo de transformação da energia cinética das massas de ar em energia mecânica ou elétrica*”.

Não obstante a energia eólica tenha crescido na matriz energética brasileira, representando atualmente, 2% (dois por cento) da capacidade de energia elétrica disponível no Brasil, os benefícios dessa energia limpa não tem chegado aos consumidores brasileiros, apesar dos altos custos de investimentos em parques eólicos na região Nordeste do país.

Motivada por uma denúncia exibida pela Rede Globo de que a falta de linhas de transmissão, em parques eólicos já construídos na região, impede que a energia produzida pelo vento chegue a casas de milhões de brasileiros, a Comissão de Minas e Energia realizou no dia 12/06/2013, audiência pública para discutir o desperdício de energia eólica nos parques de energia eólica localizados na Bahia, no Rio Grande do Norte e no Ceará.

À citada audiência compareceram o presidente da CHESF, João Bosco; o diretor geral da ANEEL, Romeu Donizete; o secretário de planejamento do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura, e representantes do Ministério Público Federal e da Associação Brasileira de Energia Eólica.

73E0177805

73E0177805

Segundo denúncias exibidas no Programa Fantástico da Rede Globo, “no sudoeste da Bahia, o complexo eólico na região de Caetité, que já foi inaugurado, está inacabado por falta de um sistema de transmissão para escoar a energia gerada. **Ao invés de produzir energia no local, há apenas mato e cupinzeiros**”.

Ainda, segundo o Fantástico, “nas serras da região de Caetité, torres com turbinas eólicas, que poderiam gerar energia limpa e barata, brotam às centenas sobre a caatinga. O Nordeste já tem instalados e prontos para funcionar parques com capacidade para abastecer uma cidade do tamanho de Brasília. Mas as hélices estão paradas. E não por falta de vento”.

Como bem mencionou a reportagem citada, “os parques ficaram prontos em julho, bem a tempo de ajudar o Brasil a enfrentar o período das secas, quando os reservatórios das hidrelétricas ficam mais baixos. Só que até agora nem um kilowatt produzido no lugar entrou na rede. Simplesmente porque as linhas de transmissão, que deveriam entregar a energia de lá até o sistema, não foram construídas”.

Ainda, de acordo com as denúncias do Fantástico, “como entregaram os parques eólicos no prazo, as empresas recebem do governo federal o que está previsto nos contratos, mesmo sem gerar energia: **só nos últimos nove meses, foram pagos R\$ 263 milhões**”.

O atraso na construção dessas linhas de transmissão, como admitido pelo Sr. Romeu Rufino, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, (ANEEL), **tem gerado prejuízo mensal médio de R\$ 33 milhões mensais por não conseguir vender a energia**. Frise-se que, segundo o Governo, o prazo para conclusão das linhas de transmissão é fevereiro de 2014, o que agravará sobremaneira os danos causados aos cofres públicos.

O Ministério de Minas e Energia reconheceu o descompasso entre geração e transmissão de energia eólica em usinas no Nordeste e anunciou mudanças nos próximos leilões destinados a essa matriz energética o que, por si só, já atesta a responsabilidade do Governo pelos prejuízos causados ao erário.

Impende ressaltar que a **conta deixada para os contribuintes atinge a cifra de R\$ 650 milhões de reais**. Muito dinheiro, literalmente jogado ao vento, em um país, com tantas necessidades prementes.

O representante da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, responsável pelas obras de transmissão, alegou que o prazo de 18 meses previsto nos contratos para o licenciamento dos empreendimentos mostrou-se apertado.

Reconhecendo as falhas na transmissão da energia eólica, o diretor de Engenharia da CHESF, José Ailton de Lima, explicou que, “além de complicações ambientais, arqueológicas, e fundiárias, os projetos esbarraram também em falhas no traçado previsto inicialmente para as redes, a exemplo

73E0177805

73E0177805

de fendas para as linhas de Igaporã, na Bahia”. E completou, “para fazer a construção da linha, primeiro tenho de ir para o leilão, ganhar e, depois, começar o licenciamento”, afirmou. Segundo ele, houve uma leitura equivocada do Governo: “foi dito que era uma linha de 100 km, que se resolve rápido. Mas do ponto de vista do órgão ambiental, tanto faz ser uma linha de 2000 km como de 100 km”.

O descompasso entre geração e transmissão de energia eólica verificado em 28 parques no Nordeste atesta falta de planejamento e políticas públicas adequadas ao setor causando, ao que tudo indica graves prejuízos ao erário.

Causa estranheza que um setor tão importante para o Brasil, como é o setor de energia renovável, seja administrado com tamanho amadorismo e irresponsabilidade. Como bem disse, o professor Ildo Luis Sauer, diretor do Instituto de eletrotécnica e Energia da USP, *“o potencial competitivo da energia eólica no Brasil é desperdiçado justamente por uma falta de planejamento e coordenação do Governo. E acrescentou: “mas o planejamento hoje é volátil e volúvel, além de termos uma estrutura que pouco funciona, com órgãos demais atuando sobre o mesmo setor”*

Como se pode extrair dos fatos, ora relatados, a situação é extremamente grave, razão pela qual é imprescindível que o Ministério Público Federal investigue os processos de implantação, bem como o destino e aplicação das verbas destinadas à construção dos parques eólicos construídos nos Estados da Bahia, no Rio Grande do Norte e no Ceará, com o fim de investigar os prejuízos decorrentes da falta de linhas de transmissão desses empreendimentos, para que, ao final, caso reste comprovado o desvio ou retenção dolosa das verbas federais destinadas à construção dos Parques eólicos do Nordeste, sejam os envolvidos condenados, com o escopo de restaurar a moralidade, legalidade, bem como o erário.

Sala da Comissão em de de 2013.

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE

Deputado ANTONIO IMBASSAHY
PSDB/BA

73E0177805

73E0177805